

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO FÍSICA
LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA

SELMO VIEIRA RÊGO

AGENTE DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO ESCOLAR ESPECIAL - AADEE
Um Profissional da Educação Sob Múltiplos Olhares

RECIFE
2018

SELMO VIEIRA RÊGO

AGENTE DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO ESCOLAR ESPECIAL - AADEE

Um Profissional da Educação Sob Múltiplos Olhares

**Monografia apresentada à Universidade
Federal Rural de Pernambuco como
requisito parcial para obtenção do título de
Licenciado em Educação Física.**

**Orientadora Prof^ª Dr^a Maria do Socorro
Valois Alves.**

**RECIFE
2018**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema Integrado de Bibliotecas da UFRPE
Biblioteca Central, Recife-PE, Brasil

R343a Rego, Selmo Vieira.

Agente de Apoio ao Desenvolvimento Escolar Especial - AADEE: um profissional da educação sob múltiplos olhares / Selmo Vieira Rego. – 2018.

43 f : il.

Orientador: Maria do Socorro Valois Alves.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade Federal Rural de Pernambuco, Departamento de Educação Física, Recife BR-PE, 2018.

Inclui referências, anexos e apêndices.

1. Educação especial 2. Educação inclusiva 3. Deficientes - Educação 4. Deficientes - Política governamental I. Alves, Maria do Socorro Valois, orient. II. Título

CDD 613.7

SELMO VIEIRA RÊGO

AGENTE DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO ESCOLAR ESPECIAL – AADEE
Um Profissional da Educação Sob Múltiplos Olhares

Monografia apresentada como requisito para a obtenção do título de Licenciado em Educação Física pela Universidade Federal Rural de Pernambuco.

Aprovada em: 13/08/2018.

Prof^ª. Dr^ª. Maria do Socorro Valois Alves
Universidade Federal Rural de Pernambuco

Prof^ª. Dr^ª. Rosângela Cely Branco Lindoso
Universidade Federal Rural de Pernambuco

Prof^º. Dr^º. Ezir George Silva
Universidade Federal Rural de Pernambuco

À minha esposa, filhos e amigos pelo apoio e incentivo em todos os momentos.

AGRADECIMENTOS

Meu eterno agradecimento a Deus sem o qual nada poderia ter feito.

Expresso os meus agradecimentos à minha esposa e filhos pelo apoio, incentivo e paciência que tiveram durante todos esses anos de minha formação.

À minha mãe e irmãs que sempre estiveram dispostas a me ajudar em todas as circunstâncias.

Aos amigos de longa data e aos novos amigos que conquistei durante os anos de formação, assim como, a todos os professores e demais profissionais do Curso de Licenciatura em Educação Física da UFRPE, cuja contribuição foi fundamental para minha formação acadêmica.

À Prof^a Dr^a Maria do Socorro Valois Alves por ter aceitado ser minha orientadora e por ser, para mim, um exemplo de educadora.

A todas as pessoas que contribuíram com esse trabalho com sugestões, participação e incentivo.

RESUMO

A pesquisa apresentada neste trabalho se insere no campo das políticas públicas de inclusão da pessoa com deficiência, com ênfase no campo da Educação. Nosso objeto de estudo é o Agente de Apoio ao Desenvolvimento Escolar Especial, por se constituir como um novo cargo na Rede Municipal de Ensino da Cidade do Recife. A escolha do tema Agente de Apoio ao Desenvolvimento Escolar Especial – AADEE, Um Profissional da Educação Sob Múltiplos Olhares, emerge da reflexão sobre o meu campo de atuação profissional, uma vez que me encontro exercendo essa função, e da observação do exercício profissional nesse mesmo campo em outras unidades educativas, o que suscitou inquietações passíveis de buscar respostas lastreadas pelo rigor científico próprio do campo da pesquisa, tais como: Sendo um cargo novo na rede pública de ensino da cidade do Recife, qual a percepção que o AADEE tem da sua própria atuação? Qual o entendimento dos demais profissionais que estão diretamente ligados ao AADEE, no ambiente escolar, têm desse novo cargo? Traçamos, então, como objetivo geral, identificar qual o entendimento que o AADEE e aqueles que estão ligados diretamente a ele, no exercício de sua função, têm sobre sua atuação. Também procuramos verificar quais as principais dificuldades encontradas pelo AADEE em seu apoio aos estudantes com deficiência, e ainda, apresentar os entendimentos dos sujeitos da pesquisa, de forma quantitativa, baseado nas informações por eles prestadas, fazendo, posteriormente, inferências de caráter qualitativo. Nossa pesquisa é de natureza qualitativa e quantitativa, característica que se configura no escopo do percurso metodológico adotado o qual contempla a análise de conteúdo como procedimento de tratamento dos dados coletados. A pesquisa realizada nos trouxe alguns resultados surpreendentes, relacionados a atuação do AADEE na área pedagógica; a precária formação dos professores no exercício da docência em Educação Especial, professores esses que não atuam no atendimento escolar especializado, entre outros. Por fim, fizemos nossas considerações finais discutindo alguns problemas e discrepâncias encontrados nos resultados da pesquisa. A partir dos achados esse estudo não tem a pretensão de se apresentar como pronto e acabado, antes instiga novas inquietações, novas respostas às mesmas inquietações na perspectiva de alimentar outras pesquisas relevantes à análise desse cargo que por ser novo na rede pública de ensino, sugere um certo ineditismo como campo fértil a descobertas epistemológicas relacionadas ao campo pedagógico, sociológico e político da formação de quadros para atuação no setor educacional.

Palavras-chave: AADEE; Pessoa com deficiência; Educação Especial.

ABSTRACT

The research presented in this paper falls within the field of public policies for the inclusion of people with disabilities, with emphasis on the field of Education. Our object of study is the position of Support Agent for Special School Development, for being a new position in the Municipal Network of Education of the City of Recife. The choice of the theme Special Agent for Support to Special School Development – SEDSA: a professional of the education from multiple perspectives, emerges from the reflection on my field of professional performance, since I find myself performing this function, and from the observation of the professional exercise in that same field in others educational units, which raised the possibility of seeking responses backed by the scientific rigor of the field of research, such as: Being a new position in the public school system of the city of Recife, what is the perception that SEDSA has of its own performance? What is the perception of the other professionals who are directly connected to the SEDSA in the school environment, do they have this new position? We then draw as a general objective to identify the perception that the SEDSA and those who are directly linked to it, in the exercise of its function, have on its performance. We also sought to verify the main difficulties encountered by SEDSA in its support to students with disabilities, and also to present the perceptions of the research subjects, in a quantitative way, based on the information provided by them, and then make inferences of a qualitative nature. Our research is of a qualitative and quantitative nature, a characteristic that is configured in the scope of methodological course adopted which contemplates content analysis as a treatment procedure of the data collected. The research carried out brought us some surprising results, related to the performance of the SEDSA in the pedagogical area; the precarious training of teachers in the exercise of teaching in Special Education, teachers who do not work in specialized school attendance, among others. Finally, we made our final considerations discussing some of the problems and discrepancies found in the search results.

Based on the findings, this study does not pretend to present itself as ready and finished, but rather instigates new concerns, new responses to the same concerns with the prospect of feeding other relevant studies to the analysis of this post, which, because it is new in public teaching networks, suggests a certain novelty as a fertile field to epistemological discoveries related to the pedagogical, sociological and political field of the formation of cadres for action in the educational sector.

Keywords: SEDSA; Disabled person; Special Education.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	08
CAPÍTULO I - O CONTEXTO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA E SUAS REPERCUSSÕES NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DO RECIFE.....	14
CAPÍTULO II - O AADEE E SUAS ATRIBUIÇÕES.....	21
CAPÍTULO III - ANÁLISE DOS RESULTADOS	26
CONSIDERAÇÕES FINAIS	32
REFERÊNCIAS	34
APÊNDICE	36
ANEXOS	40

INTRODUÇÃO

O nosso interesse pela área de políticas públicas voltadas a inclusão de pessoas com deficiência, principalmente no campo da Educação, surgiu a partir do momento em que passamos a exercer o cargo de Agente de Apoio ao Desenvolvimento Escolar Especial – AADEE. Além disso, os componentes curriculares Estrutura e Funcionamento da Educação Brasileira, Educação Física e Políticas Públicas e Educação Física Inclusiva, cursados na Universidade Federal Rural de Pernambuco, no curso de Licenciatura em Educação Física, despertaram ainda mais o nosso interesse por essa temática.

Por pessoa com deficiência compreendemos a interpretação dada pela Convenção Internacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2008, art.1º, que em seu texto dispõe que,

As pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, com interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdades de condições com as demais pessoas.

Imbuídos desse interesse genuíno, fomos inspirados a escolher o Agente de Apoio ao Desenvolvimento Escolar Especial – AADEE, personagem novo na rede pública de ensino da cidade do Recife, como o nosso objeto de estudo, o qual resultou neste trabalho intitulado Agente de Apoio ao Desenvolvimento Escolar Especial – AADEE: Um Profissional da Educação Sob Múltiplos Olhares.

A questão que nos inquietou e que constitui o problema central dessa pesquisa foi a seguinte: Qual o entendimento que o AADEE e aqueles que a ele estão diretamente ligados no ambiente escolar, sendo esse um cargo novo na rede pública de ensino da cidade do Recife, têm do seu papel profissional?

A partir dessa indagação outras questões complementares foram sendo levantadas, como por exemplo: É importante e valorizado o trabalho realizado pelo AADEE na rede pública de ensino do Recife? Quais as maiores dificuldades no exercício de sua função? Entre outros questionamentos. Mas tudo isso analisado sob o ponto de vista não somente do próprio AADEE, mas também por aqueles que são seus parceiros no cotidiano escolar. Por isso, além

do próprio AADEE como sujeitos de nossa pesquisa, escolhemos também mais três grupos de profissionais da educação: professores (as) em sala comum do ensino regular, professores (as) do AEE (Atendimento Educacional Especializado) e gestores (as)/diretores (as) de unidades de ensino da cidade do Recife.

Por trabalhar nesse cargo, exercendo essa função na escola, tinha eu em particular algumas hipóteses sobre essas questões, mas que não havia como confirmá-las ou refutá-las, entre as quais está a de que o AADEE não se sentia valorizado enquanto profissional, apesar de saber da importância de sua função na rede pública de ensino do Recife. Para responder tal hipótese, fazia-se necessário uma pesquisa com instrumentos metodológicos que pudessem esclarecer tal suposição.

Traçamos, então, como objetivo geral identificar qual o entendimento que o AADEE e aqueles que estão ligados diretamente a ele, no exercício de sua função, têm desse novo cargo. Também procuramos apresentar quantitativamente, por meio das respostas à pesquisa realizada, os entendimentos surgidos dos sujeitos pesquisados quanto a importância e valorização do AADEE na rede pública de ensino do Recife, fazendo posteriormente algumas considerações; e ainda, verificar quais as principais dificuldades encontradas pelo AADEE em seu apoio aos estudantes com deficiência.

Com base em tais objetivos, optou-se por uma pesquisa qualitativa e quantitativa que possibilitasse a leitura da realidade, pois, segundo Chizzotti, acerca da abordagem qualitativa,

A abordagem qualitativa parte do fundamento de que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, uma interdependência viva entre o sujeito e o objeto, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito. O conhecimento não se reduz a um rol de dados isolados, conectados por uma teoria explicativa; o sujeito-observador é parte integrante do processo de conhecimento e interpreta os fenômenos, atribuindo-lhes um significado. O objeto não é um dado inerte e neutro, está possuído de significados e relações que sujeitos concretos criam em suas ações (CHIZZOTTI, 1995, p.79).

Esse trabalho está pautado em pesquisa bibliográfica e empírica mediante a aplicação de entrevistas semiestruturadas aos AADEEs que atuam em escolas municipais do Recife e os outros sujeitos ligados a esse profissional no cotidiano do seu campo de atuação.

Nossa pesquisa procurou trazer um maior entendimento sobre esse novo cargo, suas atribuições e dificuldades, a fim de contribuir para uma discussão que vise ajudar na reflexão de melhorias para esses agentes da educação, que são os AADEEs. Para isso, utilizamos por metodologia de pesquisa a pesquisa-ação. Kemmis e Mc Taggart conceitua a pesquisa-ação como sendo:

Pesquisa-ação é uma forma de investigação baseada em uma autorreflexão coletiva empreendida pelos participantes de um grupo social de maneira a melhorar a racionalidade e a justiça de suas próprias práticas sociais e educacionais, como também o seu entendimento dessas práticas e de situações onde essas práticas acontecem. A abordagem é de uma pesquisa-ação apenas quando ela é colaborativa (KEMMIS e MC TAGGART, 1988, apud Elia e Sampaio, 2001, p.248).

A pesquisa realizada teve como objeto de estudo o AADEE, na perspectiva de ampliar a compreensão sobre a relevância da atuação desse profissional da educação na rede pública de ensino do Recife, nesse cargo recém-criado, portanto uma novidade funcional no universo de pessoal da educação. O objetivo principal da pesquisa foi identificar qual o entendimento que o AADEE e aqueles que estão ligados diretamente a ele, no exercício de sua função, têm desse novo cargo. Também procuramos verificar quais as principais dificuldades encontradas pelo AADEE em seu apoio aos estudantes com deficiência, e ainda, apresentar os entendimentos dos sujeitos da pesquisa, de forma quantitativa, baseado nas informações por eles prestadas, fazendo, posteriormente, inferências qualitativas a partir das múltiplas percepções dos diversos sujeitos da pesquisa, inclusive do próprio AADEE, sistematizando quantitativamente as respostas que traduzem os entendimentos dos sujeitos pesquisados, como grupo e no geral, dada às questões propostas na entrevista realizada, para a partir de então elaborar as inferências de ordem qualitativa.

Nessa perspectiva, os procedimentos metodológicos exigiram a conjugação de dados quantitativos e qualitativos, o que é relevante, na pesquisa social, como forma de apreensão de como a realidade social aparece. Em defesa dessa conjugação, Gomes afirma que:

a falsa dicotomia ‘q/q’ é consequência da ontologia do social como realidade dada, que pode ser apreendida e descrita *in totum*, o que, como consequência, defende que existe o instrumento ou o método certo para coletar o dado certo. A ontologia do social que o quer como produção humana interessada com múltiplas determinações, faz a defesa da importância do multimétodo (com

foco) porque recusa os modos de produção de conhecimento baseados no monocausalismo, que invariavelmente é produto do reducionismo e do dualismo (GOMES, 2011, p.27).

O nosso campo de pesquisa foi delimitado por 09 (nove) instituições da rede pública de ensino na cidade do Recife, sendo 08 (oito) escolas municipais e 01 (uma) creche municipal. Todas essas unidades possuindo AADEEs em seu quadro, como critério para a escolha das unidades participantes da pesquisa. Das escolas selecionadas, uma é referência no trabalho de inclusão na rede de ensino do Recife. A mesma possui um contingente de 05 (cinco) AADEEs e 03 (três) professoras do AEE, o maior número de profissionais ligados diretamente a estudantes com deficiência trabalhando numa unidade de ensino, segundo a própria gestão.

Nessas 09 (nove) instituições de ensino, foram entrevistados cerca de 45 (quarenta e cinco) profissionais da área de educação, em quatro áreas distintas, distribuídas quantitativamente da seguinte forma: AADEE - 13 (treze), Professor (as) - 12 (doze), Professor (a) AEE (Atendimento Educacional Especializado) - 10 (dez) e Diretor (a)/Gestor (a) - 10 (dez), sendo que 03 (três) profissionais do grupo de Diretor (a)/Gestor (a) atuam como coordenadores (as) pedagógicos (as). Durante o desenvolvimento da pesquisa, a coleta de dados mostrou a necessidade de incluir os (as) coordenadores (as) pedagógicos (as) nesse grupo devido à proximidade de sua função junto a gestão da escola e a supervisão pedagógica exercida junto aos (as) professores (as).

Destacamos que o critério para o grupo Professor (a) foi o de o mesmo possuir alunos com deficiência em sala, independentemente se havia um AADEE dando apoio a esse estudante ou não, e que o professor tivesse conhecimento do trabalho executado pelo AADEE. Os grupos, no geral, com exceção do grupo do AADEE, que é o nosso objeto de estudo, foram escolhidos devido à proximidade que possuem junto ao trabalho exercido pelo mesmo, (AADEE), seja como parceiros em sala de aula, como supervisores de suas condições de trabalho ou como orientadores do trabalho executado junto ao estudante com deficiência, que é o caso dos professores (as) do AEE, cuja atribuição consiste em “identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminam as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas” (PNEENPEI, MEC 2008, p.11).

A coleta de dados, em vista de se atingir os objetivos propostos, se deu por meio de entrevistas semiestruturadas com duas partes. Na primeira parte as perguntas foram referentes a identificação, formação acadêmica, tempo na profissão e local de trabalho do pesquisado. Na segunda parte, as perguntas foram “abertas”, previamente planejadas, possibilitando ao entrevistado discorrer de forma livre, por escrito, sobre as questões que lhe foram apresentadas.

Essa forma “aberta, é definida como *conversa com finalidade*, onde o roteiro serve de orientação, de baliza para o pesquisador e não o cerceamento da fala dos entrevistados” (MINAYO, 1996, p.122). Ressaltando que essa *conversa com finalidade*, em nossa pesquisa, se deu de forma escrita e não oral. Esse instrumento de coleta de dados foi aplicado durante o mês de junho deste ano e o procedimento de sua aplicação foi o de deixá-lo com os sujeitos da pesquisa e recolhê-lo em data combinada com os mesmos.

O instrumento de coleta de dados da pesquisa foi elaborado com nove perguntas. Foi deixado a critério dos sujeitos pesquisados a sua identificação ou não. As quatro primeiras perguntas, a primeira parte, como já mencionado, relaciona-se com o perfil do entrevistado: nome, formação, escola/bairro que trabalha e tempo como profissional nessa função. As outras cinco perguntas, procuraram fazer com que os pesquisados expressassem de forma livre o entendimento que possuíam das questões apresentadas. No geral, foram feitas perguntas sobre a relevância e a dificuldades do cargo do AADDEE, quais as suas funções no dia a dia, se sofriam algum tipo de violência e como viam a valorização desse profissional, isso incluindo o próprio AADDEE que também foi um dos sujeitos de nossa pesquisa.

Como técnica para tratarmos os dados da pesquisa foi adotada a análise de conteúdo, definida por Bardin como:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) dessas mensagens (BARDIN, 2011, p.48).

Seguimos os seguintes procedimentos na análise de conteúdo dessa pesquisa:

- a) Leitura e releitura minuciosa das respostas dadas aos instrumentos coletadores de dados, procurando identificar semelhanças de categorias dentro de cada grupo, especificamente, e também no geral, entre todos os grupos;
- b) Interpretação das respostas com base no que foi lido;
- c) Sistematização quantitativa dos achados da pesquisa;
- d) Análise qualitativa a partir dos dados quantitativos sistematizados.

No primeiro capítulo desse trabalho serão abordados de forma breve os principais marcos legais, propiciadores do suporte adequado para a criação do cargo de Agente de Apoio ao Desenvolvimento Escolar Especial – AADEE; no capítulo seguinte, o segundo, apresentaremos nosso objeto de estudo, o AADEE, e suas atribuições. No terceiro capítulo, iremos apresentar os resultados da pesquisa a partir da análise dos dados. Por fim, traçaremos algumas considerações finais acerca da realização da pesquisa.

Mediante a organização acima explicitada, a perspectiva é que esse trabalho possa contribuir para a discussão sobre esse agente da educação, o AADEE, procurando compreender melhor o universo que o cerca, suas percepções do cargo que ocupa, as dificuldades de sua função, suas aspirações e não somente essas percepções oriundas do próprio AADEE, mas também daqueles que são seus parceiros na árdua tarefa de colocar em prática, efetivamente, a política de inclusão de pessoas com deficiência na rede pública de ensino da cidade do Recife.

CAPITULO I

O CONTEXTO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA E SUAS REPERCUSSÕES NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DO RECIFE

Uma das grandes preocupações e desafio da área educacional em nível mundial, tem sido o de possibilitar a efetiva inclusão de pessoas com deficiência na vida escolar regular, propiciando um novo conceito em educação – o de uma educação verdadeiramente inclusiva, capaz de se moldar à vasta diversidade de características dos alunos encontradas no chão da escola.

Em nosso país, em 1988, foi promulgada a Constituição Federal da República Federativa do Brasil, vigente até os dias de hoje. Em seu artigo 208, inciso III, contempla de forma clara a preocupação da sociedade em relação a inclusão de pessoas com necessidades especiais na rede regular de ensino, preocupação essa que só se intensificou com o passar do tempo.

A Constituição Federal (Art. 208) dispõe que o Estado deve garantir “o atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”. Em um momento de redemocratização, onde forças ideológicas se confrontavam diante dos anseios da nação por maior abertura política, satisfação das necessidades básicas e sociais, a referência a pessoas com deficiência na Carta Magna do país foi um grande avanço para que outros documentos e leis fossem elaborados, ampliando assim a rede de assistência às pessoas com deficiência ao longo dos anos.

Um dos documentos de grande expressividade que orienta as políticas públicas voltadas a esse setor, em muitos países do mundo, é a Declaração de Salamanca – Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais. Essa Declaração foi apresentada ao término da Conferência Mundial de Educação Especial que ocorreu em Salamanca, Espanha, entre os dias 07 e 10 de junho de 1994. A mesma salienta princípios norteadores para governos e organizações em todo o mundo acerca dos direitos da pessoa com deficiência, de uma educação inclusiva de qualidade e eficaz e que possua uma pedagogia que possibilite o aluno atingir e manter um nível de aprendizagem adequado.

Em resumo, a Declaração de Salamanca elenca princípios fundamentais como o direito que toda criança tem à educação; a compreensão de que toda criança é única e, portanto, com características, habilidades e necessidades diferentes; que o sistema educacional deve se adequar a tal diversidade; que aqueles com necessidades especiais têm o direito a escola regular e a uma pedagogia que supra suas necessidades e que, através de escolas com essa estrutura organizacional, inclusiva, possa se estabelecer uma sociedade menos discriminatória e mais consciente da diversidade existente em seu meio. Além desses princípios, ela conclama todos os governos a que “atribuam a mais alta prioridade política e financeira ao aprimoramento de seus sistemas educacionais no sentido de se tornarem aptos a incluírem todas as crianças, independentemente de suas diferenças ou dificuldades individuais” (UNESCO, 1994, p.01).

Em 2006, foi aprovado pela Organização das Nações Unidas (ONU) a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, da qual o Brasil é signatário. Os estados confederados ficaram obrigados a garantir

[...] um sistema de educação inclusiva em todos os níveis de ensino, em ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social compatível com a meta da plena participação e inclusão, adotando medidas para garantir: As pessoas com deficiência não sejam excluídas do sistema educacional geral, sob alegação de deficiência e que as crianças com deficiência não sejam excluídas do ensino fundamental gratuito e compulsório, sob a alegação de deficiência;

As pessoas com deficiência possam ter acesso ao ensino fundamental inclusivo, de qualidade e gratuito, em igualdade de condições com as demais pessoas na comunidade em vivem (RECIFE. Secretaria de Educação 2015, p. 30).

O Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente, incluído está, obviamente, as pessoas com deficiência. O capítulo IV – Do direito à educação, à cultura, ao esporte e ao lazer, mais diretamente em seu artigo 54, dispõe que “é dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente: III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”. O artigo 55 do mesmo estatuto enfatiza que “os pais ou responsável têm a obrigação de matricular seus filhos ou pupilos na rede regular de ensino”. É a partir desse estatuto, na década de 90, que as políticas públicas na esfera federal, voltadas à educação inclusiva, começam a tomar corpo. Temos, então, uma Lei que reforça o dever do Estado e que vai além, salientando a responsabilidade familiar no processo de inclusão,

e sinalizando que todas as crianças e adolescentes, inclusive aqueles com deficiência, estão contemplados.

Nessa mesma linha, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, Lei nº 9.394/96, vem normatizar, no capítulo V – Da Educação Especial, nos artigos 58, 59 e 60 o atendimento especializado. Antes, em seu artigo IV, é garantida pelo Estado a obrigatoriedade e gratuidade da educação básica (dos 04 aos 17 anos de idade), e assegura o “atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino”.

Seguindo, o capítulo V – Da Educação Especial, artigos 58, 59 e 60, pode ser resumido em seus pontos mais importantes da seguinte forma:

- a) define o entendimento da educação especial e seu público alvo: “educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação”;
- b) fixa a necessidade de apoio especializado para atendimento desse público alvo;
- c) estabelece o atendimento desse público alvo em classes de ensino regular, exceto em condições específicas (necessidades especiais) do aluno;
- d) determina a faixa etária de idade infantil a qual o Estado tem o dever de prover a educação especial, de 0 (zero) a 06 (seis) anos;
- e) assegura aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação currículo, métodos, técnicas, recursos educativos e organização compatíveis com suas necessidades especiais;
- f) terminalidade específica do ensino fundamental, para aqueles que devido a sua deficiência não puderam atingir o nível exigido, e aceleração para a conclusão em menos tempo para os superdotados;
- g) professores com especialização e professores do ensino regular capacitados para integrar esses alunos nas classes comuns;
- h) educação especial para o trabalho, visando maior integração na sociedade;
- i) acesso igualitário aos benefícios e programas sociais que forem disponibilizados a todos os alunos do ensino regular;
- j) os órgãos normativos irão caracterizar as instituições privadas sem fins lucrativos, especializadas e com atuação exclusiva em educação especial para poderem receber apoio

técnico e financeiro do poder público. Entretanto, o poder público preferencialmente adotará a ampliação do atendimento aos alunos público alvo nas escolas de ensino regular.

Não podemos deixar de mencionar o Plano Nacional de Educação – PNE, que determina diretrizes, metas e estratégias para a política educacional dos próximos dez anos (2014-2024). O PNE está dividido em quatro grupos de metas, onde o primeiro grupo visa a garantia do direito à educação básica com qualidade e seu acesso, a universalização do ensino obrigatório e à ampliação das oportunidades; o segundo grupo de metas relaciona-se com a busca pela redução das desigualdades e à valorização da diversidade; o terceiro grupo de metas trata da valorização dos profissionais da educação e, por fim, o quarto grupo de metas refere-se ao ensino superior.

Chama-nos a atenção, em especial, dentre as metas apresentadas pelo PNE (2014, p.24), a meta de número 04 (quatro), voltada integralmente para as pessoas com necessidades especiais:

universalizar, para a população de 04 (quatro) a 17 (dezessete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.

Temos, então, dentro de uma perspectiva inclusiva, a educação especial sendo inserida na proposta pedagógica da escola regular, promovendo o atendimento, e o atendimento especializado de forma complementar ou suplementar aos estudantes com deficiência, com transtornos globais do desenvolvimento, com altas habilidades ou superdotação.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva – PNEENPEI (MEC, 2008) orienta os sistemas de ensino a:

- Garantir o acesso, a participação e a aprendizagem dos estudantes com necessidades especiais em classes comuns;
- Garantir os serviços da educação especial nas escolas regulares;
- Implantação de salas de recursos multifuncionais (SRM);
- Formação continuada de professores para o atendimento educacional especializado;
- Promover uma integração intersetorial (órgãos e políticas públicas de saúde, assistência social e direitos humanos, junto com as famílias), visando um atendimento contínuo,

ao longo da vida desses estudantes, incluídos estão os alunos da modalidade Jovens Adultos (EJA).

A discussão a respeito dos direitos humanos vem se consolidando no tecido social com uma capilaridade que afeta vários setores, inclusive e principalmente o educacional, influenciando o combate às diversas formas de exclusão reverberando na formulação de políticas públicas, como no caso da Política de Ensino da Rede Municipal do Recife que afirma que,

[...]A visão de direitos humanos avança em relação à ideia de equidade formal, expressa no princípio de garantia de oportunidades passando a contextualizar as circunstâncias históricas da produção da exclusão dentro e/ou fora da escola. Além disto, reconhece que as dificuldades enfrentadas nos sistemas de ensino, nas esferas federal estadual e municipal, evidenciam a necessidade de confrontar as práticas excludentes, criando estratégias e alternativas para minimizá-las. (RECIFE. 2015, p.15).

Em meados de 2014, mais especificamente em 21 de maio, o Executivo Municipal do Recife, de acordo com suas atribuições legais, enviou à Câmara Municipal de Vereadores do Recife o ofício de nº 038/2014, solicitando a submissão por aquela casa do projeto de lei que criaria 1.000 (mil) cargos efetivos de Agente de Apoio ao Desenvolvimento Escolar Especial - AADEE, no intuito de "assegurar uma educação efetivamente inclusiva"¹ aos estudantes da rede de ensino do município.

Como justificativas alegadas, estão as mudanças céleres ocorrida na sociedade quanto a atenção às pessoas com deficiência e a dependência das mesmas de cuidados diários, o que exige medidas de inclusão social por parte do poder público.

Nunca é demais destacar o universo no qual o AADEE se insere e sua importância também social no apoio a pessoa com deficiência. Segundo a Organização das Nações Unidas – ONU, a Organização Mundial da Saúde – OMS, com dados de 2011, indica que 1 bilhão de pessoas no mundo possuem algum tipo de deficiência. Ou seja, uma em cada sete pessoas no mundo. Os dados são alarmantes quando analisados em nível de países em desenvolvimento, no qual o Brasil se enquadra. Por exemplo, 80% do total de pessoas com deficiência vivem em

¹ Recife. Prefeitura. Ofício nº 38, vide anexo

países em desenvolvimento, com nada menos do que 150 milhões de crianças (menores de 18 anos) com algum tipo de deficiência.

Os dados relacionados a educação são extremamente preocupantes, lembrando que são dados de 2011, e que, segundo a mesma entidade, ONU, “a falta de estatísticas sobre pessoas com deficiência contribui para a invisibilidade dessas pessoas” (ONU, 2018). Nos países em desenvolvimento apenas 45% dos meninos e 32% das meninas com deficiência completam o ensino primário, enquanto que nos países desenvolvidos, 60% conseguem completar essa etapa de ensino. 30% dos meninos ou meninas que vivem em situação de rua, possuem algum tipo de deficiência, e em países em desenvolvimento, 90% das crianças que possuem algum tipo de deficiência não estão matriculados na escola.

A partir dos dados acima, temos uma visão mais ampla da relevância social que o cargo de AADEE tem na rede de ensino do Recife. O mesmo irá servir como uma ferramenta inclusiva de grande potencial, colaborando com o aumento da frequência escolar da pessoa com deficiência e, associado a isso, a permanência da mesma na escola.

Retornando, juntamente com esse ofício, seguiu o Projeto de Lei nº 016, de 21 de maio de 2014, criando a quantidade de vagas já mencionadas anteriormente, estabelecendo o nível escolar para o cargo, nível médio; o requisito necessário para o provimento do cargo, ser habilitado no exame psicotécnico; seu vencimento básico; suas atribuições; a carga horária de trabalho, 08h e a origem do recurso destinado ao pagamento desses servidores, o Tesouro Municipal. Esse Projeto de Lei, em seu corpo, destaca sua principal intenção quando expressa que

irá possibilitar que alunos com limitações de comunicação, interação, compreensão, orientação e mobilidade, ou outras limitações de ordem motora, possam realizar as atividades cotidianas e atividades pedagógicas proposta pelos professores em sala de aula e no período extraclasse, viabilizando-se sua efetiva participação educativa.

É justamente nessas estratégias e alternativas visando minimizar a exclusão do estudante com deficiência que o AADEE está inserido. Segundo Glat e Fernandes (2003 *apud* Santos e Pereira, 2016, p.01) “A educação de alunos com necessidades educacionais especiais, que tradicionalmente se pautava num modelo de atendimento segregado, tem se voltado nas últimas duas décadas para a educação inclusiva”. Portanto, seguindo avanços e conquistas na área da

educação, a figura do AADDE no seio escolar se revela de suma importância, tanto no que se refere à sua atuação, quanto ao estudo dessa atuação, devido ao apoio e ao acompanhamento que dispensam aos estudantes com deficiência que necessitam e têm por direito ver suas necessidades supridas. Como repercussão desses dispositivos legais mencionados e de outros mais² que referenciam a inclusão de pessoas com deficiência, o Executivo Municipal do Recife em 21 de maio de 2014, enviou para a Câmara dos Vereadores, o Projeto de Lei nº 016, criando 1.000 (mil) cargos efetivos de Agente de Apoio ao Desenvolvimento Escolar Especial – AADDE, com o propósito de “assegurar uma educação efetivamente inclusiva aos nossos estudantes”.

Após a aprovação do Projeto de Lei pela Câmara dos Vereadores, em 2015, foi aberto o concurso para o preenchimento dos cargos, de nível médio, e, em maio de 2016, os primeiros 100 (cem) AADDEs foram convocados e efetivados no cargo.

² Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência/ONU – Decreto nº 6949/2009; Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (TEA); Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE; etc.

CAPÍTULO II

O AADEE E SUAS ATRIBUIÇÕES

A criação do cargo de Agente de Apoio ao Desenvolvimento Escolar Especial - AADEE, na cidade do Recife, se deu em vista das mudanças significativas das políticas de inclusão no âmbito da educação, não só na rede municipal de ensino do Recife, mas de todo o país e na maioria dos países do mundo. E como mencionado acima, a legislação vigente sobre o tema tem colaborado de forma relevante para a inclusão desse profissional na esfera escolar, na pretensão que ele seja mais um instrumento de apoio aos estudantes com deficiência. Não podemos deixar de citar a Lei Brasileira de Inclusão nº 13.146/15 que no seu artigo 28, XVII, que nos diz que “Incumbe ao poder público assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar: oferta de profissionais de apoio escolar”.

O Agente de Apoio ao Desenvolvimento Escolar Especial, como o próprio nome diz, é um apoio, suporte, um cuidador, é o profissional na rede de ensino que tem por função garantir diretamente a assistência devida aos estudantes com limitações em suas necessidades básicas de locomoção, higienização e alimentação, além de promover sua inclusão em sala de aula e em outros ambientes de aprendizado – atividades extracurriculares.

A Lei Brasileira de Inclusão ou Estatuto da Pessoa com Deficiência, Lei nº 13.146/2015, art. 3º, inciso XIII, dispõe do seguinte:

O profissional de apoio escolar é a pessoa que exerce a atividade de alimentação, higiene e locomoção do estudante com deficiência e atua em todas as atividades escolares nas quais se fizer necessária, em todos os níveis e modalidades de ensino, em instituições públicas e privadas, excluídas as técnicas ou procedimentos identificados com profissões legalmente estabelecidas.

Santos e Pereira (2016), em seu trabalho para o II CINTEDI – Congresso Internacional de Educação Inclusiva, após analisarem o Estatuto da Pessoa com Transtorno Global, Lei nº 12.764/12, art.3º, parágrafo único, que diz: “Em casos de comprovada necessidade, a pessoa com transtorno do espectro autista incluída nas classes comuns de ensino regular terá direito a *acompanhante especializado*”, e também o Estatuto da Pessoa com deficiência, Lei nº 13.146/15, art.39, inciso II, que diz: “Os serviços socioassistenciais destinados à pessoa com

deficiência em situação de dependência deverão contar com *cuidadores sociais* para prestar-lhe cuidados básicos e instrumentais”, chegaram ao entendimento que é de

Responsabilidade do Cuidador Escolar a tutela temporária do aluno com necessidades educativas especiais, quando este estiver dentro da instituição de ensino, sendo sua atribuição zelar pelas necessidades pessoais do aluno, com vistas a um melhor desempenho de suas tarefas escolares (Santos; Pereira, 2016, p. 04).

E ainda que:

O cuidador escolar é o profissional que está inserido na interdisciplinaridade de diversas áreas do conhecimento, para inserir o educando com necessidades educativas especiais no contexto escolar, colaborando assim, com a perspectiva da educação inclusiva (*Idem*, p.03).

Na prática, o AADEE compartilha dessa mesma responsabilidade, exercendo cotidianamente as atribuições de um Cuidador Escolar e de um Cuidador social, nome análogos para as mesmas funções, que no geral é o de prover apoio às necessidades de locomoção, higiene e alimentação às pessoas com deficiência, inserindo-as no espaço escolar.

A literatura sobre o Cuidador Escolar, encontra em Santos e Pereira (2016) similaridade de suas funções com as do AADEE. Assim como os autores salientam a relevância desse profissional não só no cuidado com os estudantes com deficiência, mas também em todo o processo de inclusão e ensino-aprendizagem, fundamentando teoricamente a importância do AADEE e o seu trabalho na efetivação da política de inclusão escolar na rede pública de ensino do Recife às pessoas com deficiência.

O edital nº 01, de 11 de junho de 2015, do concurso público promovido pela Prefeitura do Recife para preenchimento dos cargos de AADEE, Anexo II – Atribuições do Cargo apresenta o que se é esperado do AADEE enquanto profissional da Educação. São quinze tópicos que regem sua atuação no ambiente escolar:

1. Realizar a recepção do/a aluno/a com deficiência na escola; acompanhá-lo/a até a sala de aula e, ao término das atividades, acompanhá-lo/a até o portão da escola;

2. Auxiliar nas atividades de higiene, troca de vestuário e/ou fraldas/absorventes, higiene bucal durante o período em que o/a aluno/a com deficiência permanecer na escola, inclusive nas atividades extracurriculares e dias de reposição de aula;
3. Em caso de acidente, moléstia ou evento que indique a necessidade de atendimento médico, providenciar o imediato chamamento de socorro especializado, adotando as rotinas gerais de primeiros socorros recomendadas pelas autoridades de saúde, comunicando o fato à direção da Unidade Escolar;
4. Utilizar luvas descartáveis nos casos exigidos por lei e descartá-las após o uso, em local adequado, obedecidas, quanto ao descarte, as normas específicas desse tipo de resíduo sólido;
5. Acompanhar o aluno/a com deficiência, no horário do intervalo, até o local apropriado para mastigação e/ou deglutição, realizando a higiene necessária e encaminhando-o/a, a seguir, à sala de aula;
6. Dar assistência nas questões de mobilidade ao/a aluno/a com incapacidade deambulatoria total ou parcial nos diferentes espaços educativos, inclusive no tocante à transferência da cadeira de rodas para outros mobiliários e/ou espaços e vice-versa; cuidar quanto ao posicionamento adequado às condições do/a aluno/a com deficiência nas carteiras escolares e auxiliá-lo/a nas atividades desenvolvidas na escola, bem como nas extracurriculares, conferindo-lhe apoio na realização das tarefas que couberem ao discente com deficiência;
7. Permanecer durante o período de aula do/a aluno/a com deficiência dentro da sala, realizando suas funções e auxiliando o/a aluno/a com deficiência durante o desenvolvimento das atividades escolares;
8. Auxiliar e acompanhar o/a aluno/a com deficiência com Transtorno Global de Desenvolvimento (TGD), para que este/a se organize e participe efetivamente das atividades desenvolvidas pela escola, possibilitando sua plena integração ao respectivo grupo-classe;

9. Comunicar à direção da Unidade Educacional, em tempo hábil, a necessidade de aquisição de materiais para higiene do/a aluno/a com deficiência, de modo a evitar-lhe qualquer constrangimento decorrente da falta de material de higiene;
10. Zelar pela higiene e manutenção dos materiais utilizados para a alimentação e higiene do/a aluno/a com deficiência;
11. Adotar medidas preventivas e propiciar as condições adequadas para evitar-se risco a saúde e ao bem-estar do/a aluno/a com deficiência;
12. Reconhecer as situações que necessitem de intervenção externa no âmbito escolar, tais como socorro médico, maus tratos, entre outras, que deverão seguir os procedimentos já previstos e realizados na Unidade Educacional;
13. Preencher diariamente a Ficha de Rotina Diária, registrando todo o atendimento e as ocorrências diárias para o acompanhamento do/a aluno/a com deficiência;
14. Arquivar o Relatório de Rotina Diária no prontuário do/a aluno/a com deficiência atendido/a;
15. Auxiliar nas atividades correlatas ao bem-estar do/a aluno/a com deficiência, levando ao conhecimento da direção da Unidade Escolar quaisquer fatos ou fatores externos ou internos à Unidade Escolar que possam interferir nos aprendizados, saúde ou convivência saudável do/a referido/a aluno/a.

O conjunto das atribuições definidas no edital do concurso realizado para o cargo de AADDE, ao possibilitar as informações sobre o rol das funções que são desenvolvidas por esse profissional no ambiente escolar, permite no escopo mais amplo da pesquisa verificar, por meios dos instrumentos coletadores, se apenas essas atribuições são desenvolvidas ou se outras atribuições foram sendo incorporadas, mesmo sem o aval explícito do edital, como por exemplo, atividades de cunho pedagógico.

Além das atribuições contidas no edital, algumas notas técnicas procuram esclarecer ainda mais tais atribuições.

A Nota Técnica nº 19/2010 (MEC 2015, p. 145) dispõe que “os profissionais de apoio às atividades de locomoção, higiene, alimentação, prestam auxílio individualizado aos estudantes que não realizam essas atividades com independência”. E ainda que “não é atribuição do profissional de apoio desenvolver atividades educacionais diferenciadas, ao aluno público alvo da educação especial, e nem responsabilizar-se pelo ensino deste aluno”. As instruções continuam ao dispor que “o profissional de apoio deve atuar de forma articulada com os professores do aluno público alvo da educação especial, da sala de aula comum, da sala de recursos multifuncionais, entre outros profissionais no contexto da escola”.

A Nota Técnica, a de nº 24/2013/MEC/SECADI/DPEE, ao definir orientações para à implementação da PNEENPEI afirma que,

O serviço do profissional de apoio, como medida a ser adotada pelos sistemas de ensino no contexto educacional deve ser disponibilizado sempre que identificada a necessidade individual do estudante, visando à acessibilidade às comunicações e à atenção aos cuidados pessoais de alimentação, higiene e locomoção;

Destina-se aos estudantes que não realizam as atividades de alimentação, higiene, comunicação ou locomoção com autonomia e independência, possibilitando seu desenvolvimento pessoal e social;

Não é substitutivo à escolarização ou ao atendimento educacional especializado, mas articula-se às atividades da aula comum, da sala de recursos multifuncionais e demais atividades escolares (p.4).

Percebe-se o esforço de normatização do trabalho do AADDEE, visando, talvez, melhorar a compreensão do que deve ser feito no dia a dia no ambiente escolar, evitando, assim, o máximo possível, conflitos quanto ao entendimento de sua atuação junto ao estudante com deficiência, por parte daqueles que integram o espaço de ensino, justamente porque o cargo de AADDEE é algo muito recente na esfera escolar da rede de ensino do Recife.

CAPÍTULO III

ANÁLISE DOS RESULTADOS

Apresentaremos, neste capítulo, a descrição dos dados coletados na pesquisa e os achados resultantes da análise desses dados.

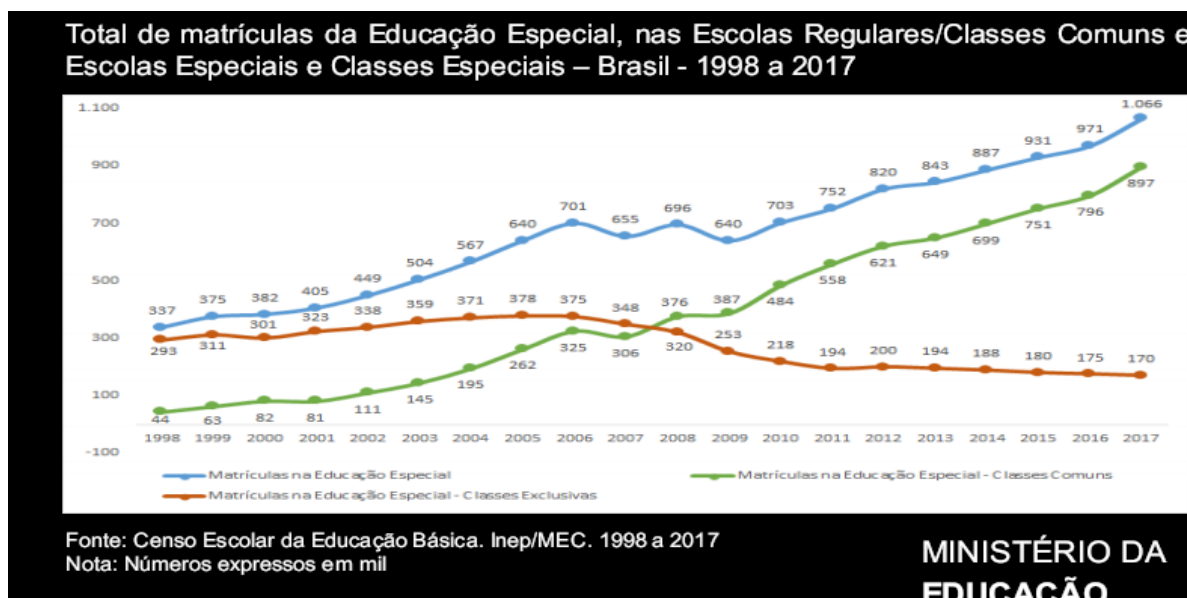
Iniciamos a nossa entrevista (em anexo), pergunta nº 01, perguntando o nome da pessoa pesquisada. Das 45 (quarenta e cinco) pessoas pesquisadas, 99,1% se identificaram, apenas duas pessoas não desejaram se identificar, uma do grupo Professor (a) AEE e outra do grupo AADEE. Ambos alegaram motivos pessoais.

A pergunta nº 02, identificou a formação da pessoa pesquisada. A grande maioria possui o ensino superior, 98,89%. Sabendo que apenas o grupo AADEE exigia no mínimo o ensino médio e que os demais grupos exigia o ensino superior, o percentual encontrado para essa pergunta foi coerente, dentro do esperado. Entretanto, o que nos chama a atenção é que no grupo AADEE 62% possuem o ensino superior e em diversas áreas do conhecimento: exatas, humanas, educação, etc.; apenas 20% do grupo Professor (a), aqueles que exercem sua docência em sala de aula comum no ensino regular, possuíam especialização em Educação Especial; 70% do grupo Professor (a) AEE, aqueles que efetuam atendimento escolar especializado aos estudantes com deficiência no contra turno, possuíam essa especialização, 30% do grupo Professor (a) AEE não nos forneceu essa informação, e no grupo Diretor (a)/Gestor (a), apenas 25% possuíam especialização em Educação Especial.

Pelos dados obtidos, verificamos um número acentuado de AADEEs com curso superior numa função que exigiu apenas o nível médio para o seu ingresso. É possível supor, então, que esse nível de qualificação acadêmica constitui um avanço que repercute diretamente na melhoria da qualidade da educação ofertada.

Outro aspecto importante é o baixo percentual do grupo Professor (a), os que atuam em sala de aula comum do ensino regular, sem formação em Educação Especial, algo que não deveria acontecer diante da demanda cada vez mais crescente de matrículas na Educação Especial nas classes comuns de ensino do país, como mostra o gráfico abaixo:

Gráfico 1 - Total de matrículas da Educação Especial nas Escolas Regulares/Classes Comuns e Escolas Especiais e Classes Especiais – Brasil – 1998 a 2017.



Fatos assim, a falta de formação especializada para a docência de alunos com deficiência, precarizam a assistência dada aos esses estudantes e vão na contramão de um dos propósitos da LDB, que é o de aumentar cada vez mais o número de professores do ensino regular capacitados em Educação Especial para efetivamente incluir esses alunos nas classes comuns. A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, PNEENPEI (MEC 2008, p.02), em sua **Atualização da Política Nacional de Educação Especial 2018**, nos traz dados de que apenas 5% dos docentes que atuam na Educação Básica possuem curso de formação continuada em Educação Especial, e apenas 43% dos docentes atuando em turmas de AEE – Atendimento Escolar Especial, possuem curso de formação específica em Educação Especial.

A pergunta de nº 03 (três), qual a escola e o bairro da unidade de ensino, respectivamente, foram inseridas para efeito de identificação do local de trabalho das pessoas pesquisadas numa eventual necessidade de reiterar informações.

A pergunta de nº 04, referente ao tempo de trabalho no cargo atual, foi elaborada com o propósito de nos possibilitar supor o grau de experiência do profissional na área de educação. Do grupo AADEE, 54% tinham dois anos no cargo, foram do primeiro grupo

chamado e efetivado pela prefeitura; 38% tinham um ano no cargo e 8% possuíam três meses de efetivação no cargo. Do grupo Professor (a) AEE, 50% não responderam, 20% tinham entre quatro a oito anos no cargo e 30% responderam acerca do tempo de magistério, de quinze a quarenta e cinco anos como profissional. Do grupo Professor (a), 17% tinham de um a dez anos de trabalho na área; 34% tinham de dez a vinte anos na profissão; 34% vinte anos ou mais exercendo o trabalho como professor (a) e 15% não responderam. Do grupo Diretor (a)/Gestor (a), 60% tinham até dez anos na função e 40% mais de dez anos exercendo o a função.

No geral, temos um grupo de entrevistados bastante experientes na área de educação, o que nos dá uma certa segurança em relação a suas respostas, pautadas em anos de serviço na área educacional. Vale ressaltar que 92% dos AADEEs entrevistados têm mais de um ano de efetivação no cargo, o que lhes permite já possuir uma compreensão mais detalhada de suas atribuições, o que é de suma importância no aspecto das respostas da entrevista da pesquisa e de seus resultados.

Pergunta de nº 05 (cinco): Qual a importância do cargo de AADEE na rede de ensino? (Explique).

Verificamos que quase todos os entrevistados consideraram importante esse cargo, 99,55%, com exceção apenas de 01 (um), 0,45%, que alegou que apesar desse cargo possibilitar a frequência de alunos com deficiência à escola, alunos esses que não estavam frequentando a sala de aula (o que, para nós, por si só já seria algo relevante), ele não considera o trabalho do AADEE importante. O mais interessante é que essa resposta partiu de um dos integrantes do grupo AADEE. As categorias que mais apareceram nas respostas para essa pergunta foram: apoio, no sentido de acompanhamento, de cuidado, de atenção ao estudante, em 56% das respostas e logo após inclusão, no sentido de integração, de acolhimento, na ajuda à participação do estudante nas atividades com 29%.

Diante desses dados, é inegável que quase todos consideram importante a atuação do AADEE no apoio e inclusão do estudante com deficiência. A possibilidade de uma melhor integração desses estudantes no seio escolar, de um cuidado mais individualizado e do implemento de uma proposta de quebra de barreiras, principalmente atitudinais, para com esses estudantes, são aspectos que merecem ser levados em consideração e valorizados. A percepção em contrário por parte de um dos pesquisados do grupo AADEE, talvez represente o sentimento

de desvalorização que o grupo sente em relação a seu cargo no campo da Educação, o que ficou demonstrado no percentual desse grupo na pergunta de nº 09 (nove).

Pergunta de nº 06: Quais as principais funções realizadas cotidianamente junto ao aluno com deficiência pelo AADEE?

As categorias mais presentes nas respostas a essa pergunta foram: 1) Alimentação, higienização e locomoção do estudante e 2) atividades pedagógicas (realização de tarefas com o estudante em sala de aula, ajuda ao professor na elaboração de atividades para o estudante, etc). No grupo AADEE, 85% dos entrevistados alegaram que dentro de suas funções diárias estavam compreendidas as duas categorias, nos outros 15%, nas respostas, continha pelo menos uma das duas categorias; no grupo Professor (a) AEE, 60% responderam que o AADEE só realiza atividades relacionadas a primeira categoria, 30% reconheceram alguma atividade pedagógica na função diária do AADEE, segunda categoria, e 10% não responderam especificamente sobre a pergunta. No grupo de Professor (a), 83% responderam que nas funções do dia a dia do AADEE as duas categorias são contempladas, e 17% mencionaram apenas a questão pedagógica, categoria 2. No grupo de Diretor (a)/Gestor (a), 60% dos entrevistados apontaram as duas categorias dentre as funções do AADEE; 20% só mencionou a categoria 1; 10% só mencionou a categoria 2 e 10% não responderam a pergunta, pois o estudante que iria ficar sob os cuidados do AADEE ainda não havia chegado devido à falta de materiais para recebê-lo (tratava-se da creche). Do total de pesquisados que responderam a questão, 20% tinham a percepção de que as funções diárias do AADEE só compreendiam a alimentação, higienização e locomoção do estudante com necessidades especiais, enquanto que 80% percebiam que além da primeira categoria, a segunda categoria, atividades pedagógicas, fazia parte das funções do AADEE em seu ambiente de trabalho junto ao estudante com necessidades especiais.

Pelos dados coletados nesse item, podemos deduzir que a função de AADEE, ainda que não esteja especificamente clara no edital do concurso sua atuação pedagógica, exerce em seu labor diário atividades pedagógicas em sala de aula junto aos estudantes com deficiência, sendo confirmado tal exercício pedagógico por um significativo quantitativo de entrevistados. O reconhecimento pedagógico, inclusive, é uma das reivindicações da maioria dos AADEEs enquanto profissional, junto à Secretaria de Educação desse município.

Pergunta nº 7: Quais as maiores dificuldades apresentadas para o trabalho do AADEE?

Múltiplas foram as respostas para essa questão. Selecionamos as quatro categorias que mais apareceram: a) Ausência de formação pedagógica do AADEE, 24%; b) Estrutura física-pedagógica das instituições de ensino para o acolhimento do estudante com deficiência, 18%; c) Falta de uma melhor capacitação para o exercício da função, 13% e d) Falta de material de higienização, 13%. O interessante é que nenhum entrevistado do grupo AADEE respondeu a questão salientando que não ter uma formação na área de educação (magistério, licenciatura ou pedagogia, por exemplo) seria uma dificuldade para o exercício de suas funções, enquanto que 50% do grupo Professor (a) AEE indicam esse fator como algo problemático e 33% do grupo Professor (a) informam a mesma coisa.

Muitos dos AADEES pesquisados afirmaram de que a falta de oferta de formação e qualificação adequadas pela Secretaria de Educação para o exercício de suas funções é o maior entrave ao desempenho de trabalho de melhor qualidade, e não a formação acadêmica. Não é à toa que essa foi uma das quatro categorias mais mencionadas nas respostas a essa pergunta. Entretanto, para aqueles que são parceiros diretos do AADEE no desempenho de suas atribuições, essa questão, a falta de formação acadêmica na área de educação, tem sido um problema que dificulta a eficácia do trabalho pedagógico proporcionado ao estudante com deficiência. Um dos entrevistados, inclusive, sugeriu que a oferta dessa formação, de cunho acadêmico, fosse disponibilizada pela secretaria de educação ao AADEE.

Para o grupo AADEE a pergunta nº 08 foi feita da seguinte forma: Você, como AADEE, já sofreu algum tipo de constrangimento/violência moral ou física no ambiente de trabalho? (Se sim, explique); demais grupos: Já teve conhecimento de algum tipo de constrangimento/violência moral ou física no ambiente de trabalho sofrido pelo AADEE? (Se sim, explique).

A análise das respostas mostra que do grupo AADEE 85% responderam que já sofreram algum tipo de violência, 15% não; do grupo Professor (a) AEE, 10% responderam que sim, ou seja, que tiveram conhecimento de algum tipo de violência contra o AADEE, e 80% que não. 10% desse grupo responderam de forma evasiva a questão. Do grupo Professor (a), 42% responderam que sim e 58% que não. Do grupo de Diretor (a)/Gestor (a), 20% responderam que sim e 80% que não. No geral, 53% dos entrevistados alegaram que a violência sofrida pelo

AADEE tem origem nos próprios alunos com deficiência que são acompanhados, tipo, agressão física e moral; 32% dos entrevistados relataram que há violência por parte de profissionais da educação (professores, AEEs, etc), geralmente constrangimento moral, e 5% dos entrevistados relataram ter presenciado agressões verbais proveniente do responsável pelo estudante acompanhado.

Diante dos dados acima, percebe-se, evidentemente, uma carência relacionada as informações sobre agressões sofridas pelo AADEE que deveriam ser compartilhadas entre o AADEE e a equipe gestora, a fim de que providências fossem tomadas no intuito de se evitar tais situações. Fica claro também que o AADEE, assim como outros profissionais da educação, não só está sujeito a algum tipo de violência em seu ambiente de trabalho, mas já está sofrendo tal violência, de diversos tipos. Um trabalho futuro mais aprofundado poderá nos apresentar uma melhor extensão desse problema, todavia, ainda que superficial, essa pesquisa já propõe questionamentos sobre uma realidade, que nos parece, extremamente preocupante.

A pergunta nº 09: Qual a sua percepção quanto à valorização do AADEE na rede de ensino da cidade do Recife? (Explique)

Nesta pesquisa, 77% do grupo AADEE informaram que não são valorizados na rede pública de ensino, apenas 23% responderam que sim, que se sentem valorizados; do grupo Professor (a) AEE, 40% responderam que sim, percebem certa valorização do AADEE na rede de ensino, 20% não percebem essa valorização e 40% deram respostas evasivas; do grupo Professor (a), 17% afirmaram que sim, que há uma valorização, 75% que não e 8% deram respostas não relacionadas a pergunta; do grupo de Diretor (a)/Gestor (a), 40% responderam que sim, sobre a valorização, 50% não percebem essa valorização e 10% respondeu de forma evasiva. No geral, 62% não percebem uma valorização do profissional AADEE na rede de ensino e 24% conseguem enxergar certa valorização do mesmo. 14% deram respostas evasivas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os achados da pesquisa realizada não têm a intenção de se constituírem como um conhecimento pronto e acabado, mas o contrário. Ciente de que os resultados obtidos são provisórios e ainda superficiais, o intuito central é o de abrir mais uma porta para o debate e enriquecê-lo.

A partir das análises dos dados encontrados após a pesquisa referentes ao Agente de Apoio ao Desenvolvimento Escolar Especial – AADEE, Um Profissional da Educação Sob Múltiplos Olhares, um dos achados da pesquisa foi o de que apesar da percepção que quase todos os sujeitos da pesquisa tiveram acerca da importância do cargo de AADEE na rede de ensino, seja por meio do acompanhamento, do apoio em sala de aula e em atividades curricular e extracurricular ao estudante com deficiência, em sua locomoção, higienização e alimentação, ou mesmo no apoio aos professores em sala de aula e professores do atendimento escolar especializado (AEE), o AADEE, em si, a grande maioria pesquisada, não se sente valorizada na rede de ensino enquanto profissional da educação. O que é algo muito importante: Como pode um cargo da educação ser considerado tão importante e ao mesmo tempo os próprios agentes que exercem esse cargo não se sentirem devidamente valorizados dentro da rede pública de ensino? Os achados dessa pesquisa vêm corroborar com a hipótese levantada no início deste trabalho, a de que o AADEE não se sentia valorizado na rede de ensino apesar de saber da importância de sua função. Portanto, se faz necessário estudos futuros mais aprofundados das inquietações de grande parte dos AADEEs, e também daqueles que trabalham diretamente com esse cargo, que os levam a tal entendimento.

Outro achado que destacamos é a questão das funções realizadas pelo AADEE junto ao estudante com deficiência. A impressão de que suas funções se restringem apenas ao apoio a locomoção, higienização e alimentação desses estudantes não condiz com o cotidiano desse profissional, de acordo com a pesquisa realizada. Praticamente todos os sujeitos da pesquisa afirmam o desenvolvimento de atividades pedagógicas exercidas pelo AADEE, seja na simples execução junto ao estudante com deficiência ou mesmo no apoio direto ao professor em sala de aula, inclusive, em alguns casos relatados, na elaboração das atividades, o que é contrário as instruções fornecidas pela Nota Técnica nº 19/2010, citada no capítulo II deste trabalho.

Entretanto, o AADÉE está inserido no quadro administrativo de servidores da secretaria de educação e não no quadro do magistério, o que nos sugere uma séria discrepância que precisa ser corrigida, redefinindo suas atribuições na esfera pedagógica, não o elevando a categoria de professor, já que é necessária a formação acadêmica em licenciatura, além da aprovação em concurso público, mas como um apoio pedagógico ao professor, incluindo para o exercício desse apoio a formação continuada.

Por fim, a análise geral dos dados da pesquisa nos fornece a possibilidade do aprofundamento de seus resultados em pesquisas futuras. Como já foi dito anteriormente, este trabalho se propôs a contribuir na discussão sobre uma temática nova, que é o AADÉE, sendo o mesmo uma função recente na rede de ensino. E, por ser recente, nos deparamos com pouquíssimo material para consulta. Essa escassez de material enquanto se constitui como uma dificuldade para a pesquisa ressalta a importância da contribuição do trabalho ora apresentado, ao problematizar uma temática nova e abrir caminho para novas pesquisas.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, 05 de outubro de 1988.

_____. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. **Estatuto da Pessoa com Deficiência**: Lei nº 13.146 de 06 de julho de 2015.

_____. LDB nacional: **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**: Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. – 11. ed. - Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2015. – (Série legislação; n. 159). Atualizada até 19/03/2015.

_____. MEC/SECADI/DPEE. Nota técnica nº 24, de 21 de março de 2013. **Orientações aos Sistemas de Ensino para implementação da Lei nº 12.764/2012**. Disponível em http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13287-nt24-sistem-lei12764-2012&category_slug=junho-2013-pdf&Itemid=30192. Acessado em 29 de mai. de 2018.

_____. MEC. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI). PNEENPEI (MEC/2008). **Orientações para a implementação da política de educação especial na perspectiva da educação inclusiva**. Brasília, 2015. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=17237-secadi-documento-subsidiario-2015&Itemid=30192> Acesso em: 29 de mai. 2018.

_____. MEC. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI). PNEENPEI (MEC/2008). **Atualização da Política Nacional de Educação Especial**. Brasília, 2018. Disponível em: <<http://www.inclusive.org.br/arquivos/30940> > Acesso em: 29 de mai. 2018.

_____. MEC. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, 2008.

_____. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Institui o **Plano Nacional de Educação – PNE** e dá outras providências. Planejando a próxima década – conhecendo as 20 metas do Plano Nacional de Educação. Ministério da Educação/Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino (MEC/SASE), Brasília, DF: 2014.

_____. Senado. **Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA**, Lei nº 8.069/90, 1990.

CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1995.

GOMES, Alfredo Macedo. **Políticas públicas e gestão da educação**. Campinas, SP: Mercados de Letras, 2011.

KEMMIS, S.; McTAGGART, R. 1988, Apud Elia e Sampaio, 2001, p. 248.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo/Rio de Janeiro: HUCITEC/ABRASCO, 1996.

ONU - ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **A ONU e a Pessoa com Deficiência**. 2018. Disponível em <<https://nacoesunidas.org/acao/pessoas-com-deficiencia/>>. Acesso em 29 de mai. 2018.

RECIFE. Prefeitura. Secretaria de Educação. Agente de Apoio ao Desenvolvimento Escolar Especial. Edital nº 1, 11 de junho de 2015.

_____. Secretaria de Educação. **Política de Ensino da Rede Municipal do Recife - Educação Inclusiva: múltiplos olhares**. Recife: Secretaria de Educação, 2015.

_____. Prefeitura. Projeto de Lei nº 016 de 21 de maio 2014.

SANTOS, Wellington dos; PEREIRA, Luciano G. **A importância do cuidador escolar na educação de alunos com necessidades educacionais especiais: da educação especial no modelo segregado a perspectiva da educação inclusiva**. II CINTEDI – Congresso Internacional de Educação Inclusiva. Campina Grande, PB; 2016. Disponível em <<http://editorarealize.com.br/revistas/cintedi/resumo.php?idtrabalho=963>> Acesso em: 29 de mai. 2018.

UNESCO. **Declaração de Salamanca. Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivo/pdf/salamanca.pdf>> Acesso em: 29 de mai. 2018.

APÊNDICE

1. Instrumentos de coleta de dados

QUESTIONÁRIO PARA COLETA DE INFORMAÇÕES

Caro (a) **AADEE**, este questionário é um instrumento de coleta de informações que, após análise, servirá de base para a conclusão de nosso TCC (monografia) no curso de Licenciatura em Educação Física – UFRPE. Agradecemos a sua contribuição.

- 1) Nome: _____
- 2) Formação: _____
- 3) Escola: _____
Bairro: _____
- 4) Há quanto tempo trabalha como AADEE? _____
- 5) Qual a importância do cargo de AADEE na rede de ensino? (Explique)

- 6) Quais as principais funções realizadas cotidianamente junto ao aluno com deficiência pelo AADEE?

- 7) Quais as maiores dificuldades para o trabalho do AADEE?

- 8) Você, como AADEE, já sofreu algum tipo de constrangimento/violência moral ou física no ambiente de trabalho? (Se sim, explique)

- 9) Como AADEE, na rede de ensino da cidade de Recife, você se sente valorizado (a)? (Explique).

QUESTIONÁRIO PARA COLETA DE INFORMAÇÕES

Caro (a) **PROFESSOR (A)**, este questionário é um instrumento de coleta de informações que, após análise, servirá de base para a conclusão de nosso TCC (monografia) no curso de Licenciatura em Educação Física – UFRPE. Agradecemos a sua contribuição.

1) Nome: _____

2) Formação: _____

3) Escola: _____

Bairro: _____

4) Há quanto tempo você trabalha como professor (a)? _____

5) Para você, qual a importância do cargo de AADDE na rede de ensino? Por que?

6) Quais as principais funções que o AADDE realiza cotidianamente junto ao aluno com deficiência?

7) Para você, quais as maiores dificuldades que o AADDE encontra no ambiente de trabalho?

8) Você já presenciou algum tipo de constrangimento/violência moral ou física no ambiente de trabalho sofrido pelo AADDE? Se sim, explique?

9) Qual a sua percepção quanto a valorização do AADDE na rede de ensino da cidade do Recife? Explique!

QUESTIONÁRIO PARA COLETA DE INFORMAÇÕES

Caro (a) **PROFESSOR (A) AEE**, Atendimento Educacional Especializado, este questionário é um instrumento de coleta de informações que, após análise, servirá de base para a conclusão de nosso TCC (monografia) no curso de Licenciatura em Educação Física – UFRPE. Agradecemos a sua contribuição.

1) Nome: _____

2) Formação: _____

3) Escola: _____

Bairro: _____

4) Há quanto tempo você trabalha como professor (a) AEE? _____

5) Para você, qual a importância do cargo de AAEDE na rede de ensino? Por que?

6) Quais as principais funções que o AAEDE realiza cotidianamente junto ao aluno com deficiência?

7) Para você, quais as maiores dificuldades que o AAEDE encontra no ambiente de trabalho?

8) Você já presenciou algum tipo de constrangimento/violência moral ou física no ambiente de trabalho sofrido pelo AAEDE? Se sim, explique?

9) Qual a sua percepção quanto a valorização do AAEDE na rede de ensino da cidade do Recife? Explique!

QUESTIONÁRIO PARA COLETA DE INFORMAÇÕES

Caro (a) **DIRETOR (A)/GESTOR (A)**, este questionário é um instrumento de coleta de informações que, após análise, servirá de base para a conclusão de nosso TCC (monografia) no curso de Licenciatura em Educação Física – UFRPE. Agradecemos a sua contribuição.

1) Nome: _____

2) Formação: _____

3) Escola: _____

Bairro: _____

4) Há quanto tempo você trabalha como diretor (a)? _____

5) Para você, qual a importância do cargo de AADDE na rede de ensino? Por que?

6) Quais as principais funções que o AADDE realiza cotidianamente junto ao aluno com deficiência?

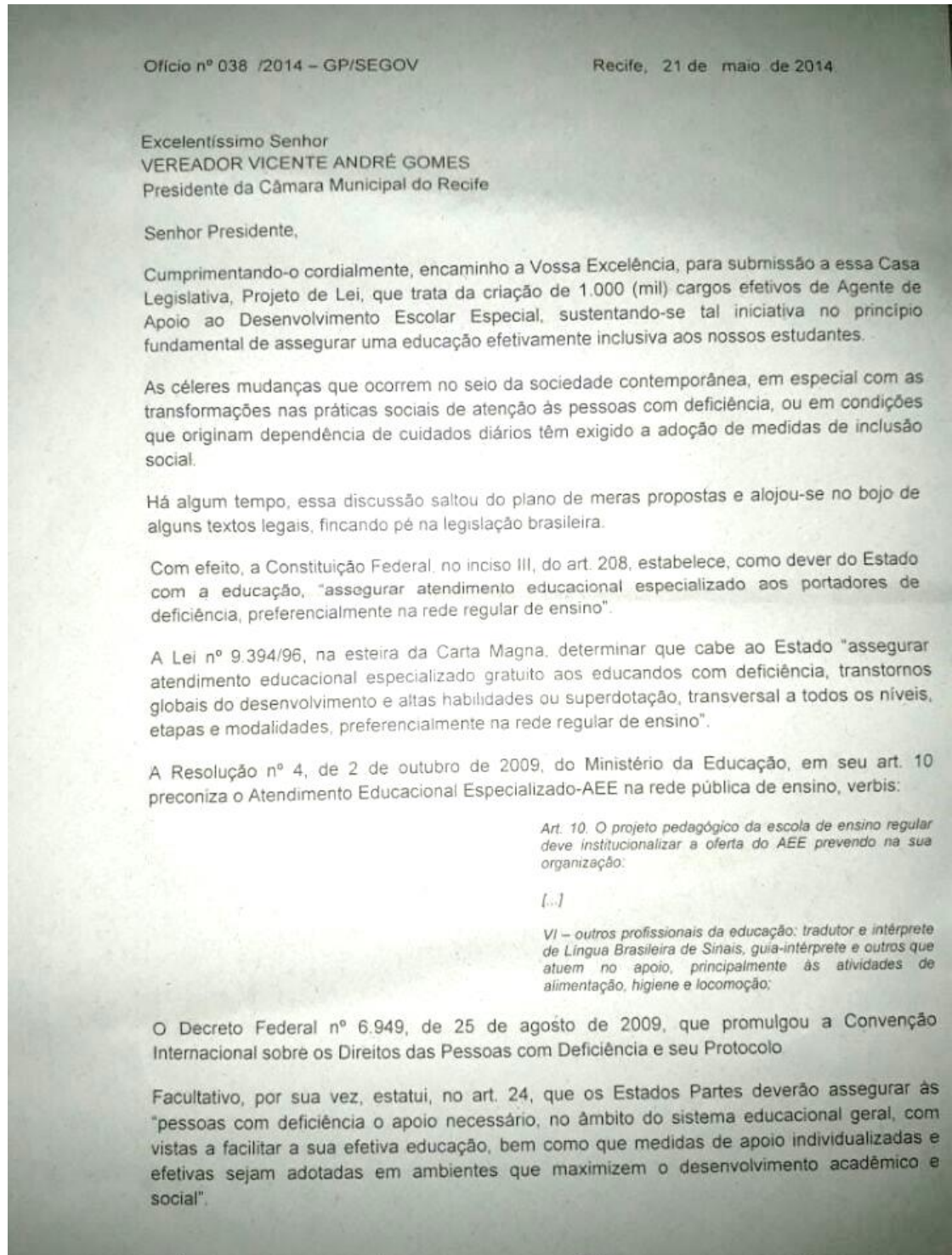
7) Para você, quais as maiores dificuldades que o AADDE encontra no ambiente de trabalho?

8) Você já presenciou algum tipo de constrangimento/violência moral ou física no ambiente de trabalho sofrido pelo AADDE? Se sim, explique?

9) Qual a sua percepção quanto a valorização do AADDE na rede de ensino da cidade do Recife? Explique!

ANEXOS

1. Ofício da Prefeitura do Recife à Câmara Municipal do Recife referente a submissão do projeto de lei para a criação do cargo de Agente de Apoio ao Desenvolvimento Escolar Especial



Não falta, portanto, sustentação legal para que assegure o suporte ou apoio aos estudantes com deficiência mediante a contratação de pessoal para ajudá-los nas atividades da vida diária e escolar.

O projeto de lei em referência caminha nessa direção, pois irá possibilitar que alunos com limitações de comunicação, interação, compreensão, orientação e mobilidade, ou outras limitações de ordem motora, possam realizar as atividades cotidianas e as atividades pedagógicas propostas pelos professores em sala de aula e nos períodos extraclasse, viabilizando-se sua efetiva participação educativa.

O agente de apoio ao desenvolvimento escolar especial deve está apto a ajudar as pessoas assistidas no desempenho das atividades cotidianas e corriqueiras, tecnicamente chamadas de atividades da vida diária e atividades da vida prática.

É esse o espírito do nosso projeto: dotar a Rede Municipal de Ensino do Recife de pessoal necessário à promoção de uma educação efetivamente inclusiva.

Nesse sentido, torna-se de fundamental importância a inserção desses profissionais na Rede Municipal de Ensino do Recife.

Na certeza de sua atenção, coloco-me à disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais que se façam necessários e reitero os protestos de elevada estima e distinta consideração.

Em face ao exposto e confiante na aprovação deste Projeto de Lei, renovo a Vossa Excelência e demais vereadores os votos de consideração e apreço.

Cordialmente,

GERALDO JULIO DE MELLO FILHO
Prefeito do Recife

2. Projeto de Lei nº 16 de 21 de maio de 2014 - criação do cargo de Agente de Apoio ao Desenvolvimento Escolar Especial – AADEE

PROJETO DE LEI Nº 016 DE 21 DE MAIO DE 2014.

EMENTA: Cria 1.000 (mil) cargos efetivos de Agente Apoio ao Desenvolvimento Escolar Especial no âmbito da Rede de Ensino Público do Município do Recife.

O PREFEITO DO RECIFE, no uso das atribuições que lhe confere o art. 27, I, da Lei Orgânica do Município, submete à apreciação da Câmara de Vereadores o seguinte Projeto de Lei.

Art. 1º Ficam criados 1.000 (mil) cargos efetivos de Agente de Apoio ao Desenvolvimento Escolar Especial a serem lotados na Rede Municipal de Ensino.

Parágrafo único. Os cargos efetivos de que trata o caput deste artigo são de nível médio e serão providos, no regime estatutário, por concurso público.

Art. 2º É requisito necessário para o provimento dos respectivos cargos de Agente de Apoio ao Desenvolvimento Escolar Especial ser habilitado no exame psicotécnico que ateste a capacidade psicológica para o exercício das funções do cargo.

Art. 3º Os servidores titulares dos cargos de Agente de Apoio ao Desenvolvimento Escolar Especial ficam sujeitos a jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 4º O Vencimento Básico do cargo criado no art. 1º desta lei é de R\$ 1.082,42 (mil e oitenta e dois reais e quarenta e dois centavos).

Parágrafo único. As atribuições do cargo são os constantes do Anexo Único desta Lei.

Art. 5º São deveres dos Agentes de Apoio ao Desenvolvimento Escolar Especial todas as condutas inerentes aos demais servidores públicos do Município do Recife, em especial o que dispõe o inciso XI do art. 187 da lei nº 14.728/85.

Art. 6º As despesas decorrentes da presente Lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias do Tesouro Municipal destinadas ao pagamento de pessoal.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Recife, 21 de maio de 2014.

GERALDO JULIO DE MELLO FILHO
Prefeito do Recife